

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB)**  
2 **SANTA CATARINA.**

3 ATA Nº 05/2012

4 Ao vigésimo sétimo dia do mês de Agosto de dois mil e doze, às treze horas, na sala  
5 de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lages, realizou-se a  
6 quinta Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência  
7 Social (CIB/SC) sob a coordenação de Dalila Maria Pedrini (coordenadora), com a  
8 presença dos seguintes membros titulares: representantes da SST/SC - Dalila Maria  
9 Pedrini, Letícia Guimarães Braz e Daniela Barbosa Pacheco, e representantes do  
10 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) -  
11 Marli Nacif (Presidente), Bernadete Lucia Grisa, Arlete Terezinha Polidoro, Ildemar  
12 Cassias Pereira, Naiany Colombo Dias, Maria Eliza Monteiro e Jane Guizzo Schmitt.  
13 Ainda estavam presentes o Secretário Adjunto da SST, Eleudemar Ferreira  
14 Rodrigues, a gerente de pactuação e deliberação da SST, Sandra Aparecida Souza,  
15 representantes da câmara técnica, dos municípios, associações de municípios e  
16 secretarias regionais, cuja lista de presença segue anexa. A Coordenadora, iniciou a  
17 reunião desejando boas vindas a todos os presentes, em especial aos que pela  
18 primeira vez participam da reunião. Em seguida, foi feita uma breve apresentação  
19 dos membros presentes. Na ocasião, o secretário adjunto da SST justificou a  
20 ausência do Secretário de Estado da SST, agradeceu a acolhida do município de  
21 Lages e a articulação das secretarias regionais junto aos municípios para a  
22 participação na reunião. Na continuidade, a coordenadora fez uma breve explanação  
23 sobre as atribuições da Câmara Técnica e Comissão Intergestores Bipartite (CIB)  
24 visando inteirar os membros que ali estavam pela primeira vez. Em seguida, a  
25 Secretária Executiva, Liliane Sena, efetuou a leitura da ata da reunião anterior, que  
26 após lida, foi aprovada por todos os membros da mesa. Em relação aos assuntos da  
27 ata anterior, a coordenadora informou que as dificuldades dos municípios na  
28 operacionalização do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do  
29 Trabalho (ACESSUAS/TRABALHO) foi assunto na Comissão Intergestores Tripartite  
30 (CIT). Além disso, o Secretário Adjunto informou que o Secretário de Estado  
31 encaminhou ofício ao Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza,  
32 senhor Tiago Falcão Silva, solicitando que todos os entes ofertantes (sistema S e  
33 Instituições Federais) tenham um padrão quanto aos benefícios ofertados de vale  
34 alimentação e transporte. Ainda foi solicitado que seja feita uma revisão nas tabelas  
35 dos cursos, considerando que, conforme demanda levantada em visita as secretarias  
36 regionais, a real necessidade de cursos não está contemplada na tabela vigente.  
37 Com referência as solicitações, o senhor Tiago Falcão, informou que o Ministério de  
38 Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Serviço Nacional de  
39 Aprendizagem (SENAC) estão imbuídos em resolver o mais breve possível esta  
40 questão. Quanto à adaptação da oferta dos cursos à demanda e à vocação regional,  
41 deve ser objeto de negociação direta entre Estado e municípios com os ofertantes.  
42 Sobre a Lei Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, o COEGEMAS indicou  
43 a gestora municipal Francisca Leonel da Silva para participar do processo de  
44 discussão e elaboração da referida lei. No que se refere ao BPC Escola, a

45 coordenadora reforçou mais uma vez sobre a importância da adesão dos municípios  
46 ao programa. Em relação às solicitações das SDRs para repasse de recursos para  
47 construção de equipamentos de assistência social nos municípios, a coordenadora  
48 informou mais uma vez que os critérios de partilha e repasses de recursos são  
49 pactuados nesta Comissão e deliberados no Conselho Estadual de Assistência  
50 Social (CEAS). Na ocasião, o secretário adjunto informou sobre o andamento do  
51 Programa “Crak, é Possível Vencer”, ressaltando que representantes dos ministérios  
52 responsáveis estiveram em Santa Catarina acompanhando a execução do referido  
53 programa. Ainda informou sobre as ações que estão sendo realizadas dentro das  
54 várias políticas públicas no município de Florianópolis. Destacou que existe a  
55 proposta de expandir o programa para outros municípios de Santa Catarina. Na  
56 seqüência, a coordenadora apresentou o Edital de Convocação da Reunião Plenária  
57 e propôs a inclusão de ofício do COEGEMAS informando alteração dos  
58 representantes de gestores municipais na CIB; e pactuação de novos procedimentos  
59 para construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de  
60 Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros-Dia. Após  
61 apresentada, o edital foi aprovado pelos membros da mesa: **1º – Pactuação de**  
62 **critérios para seleção de municípios aptos a receberem os recursos alocados**  
63 **no Fundo Estadual de Assistência Social/SC proveniente de saldo de**  
64 **cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média e alta**  
65 **complexidade, para os serviços de Proteção Social Especial de Média**  
66 **Complexidade.** A coordenadora informou sobre a existência de saldo em  
67 decorrência da não habilitação de alguns municípios pelo não aceite do  
68 cofinanciamento ou não entrega de documentação em tempo hábil. Daniela,  
69 representante da Gerência de Contratos e Convênios apresentou a situação atual  
70 dos cofinanciamentos pactuados e deliberados em 2012, o Cronograma de  
71 Pagamento e o Saldo Final; e informou que, além dos municípios em lista de espera  
72 para substituição nos casos de desistência ou não apresentação de documentação,  
73 constantes na Resolução nº 05 de 15 de Fevereiro de 2012, haverá o saldo no valor  
74 de R\$ 463.980,00 (quatrocentos e sessenta e três mil e novecentos e oitenta reais).  
75 A partir da análise da Câmara Técnica, foram propostos os seguintes critérios de  
76 partilha de recursos para os serviços de Proteção Social Especial de Média  
77 Complexidade: municípios habilitados em Gestão Básica ou Plena do SUAS e que  
78 possua pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2011; que cumpra no  
79 mínimo os seguintes serviços de média complexidade: Proteção e Atendimento  
80 Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Medidas sócio educativas de  
81 adolescentes em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade  
82 (PSC), segundo o CENSO SUAS 2011; que tenha equipe de referência  
83 (prioritariamente) exclusiva com os seguintes profissionais de nível superior: um  
84 coordenador, um assistente social, um psicólogo e um advogado, segundo o CENSO  
85 SUAS 2011; ainda para fins de elegibilidade dos municípios será considerado o  
86 maior número de famílias atendidas, segundo o Relatório Mensal de Atendimento do  
87 CREAS – Sistema de Registro Mensal de Atendimento dos CRAS e CREAS (SAGI/  
88 SNAS) – mês de referência: Fevereiro de 2012. Os municípios que atendem os

89 critérios acima elencados para recebimento dos recursos cofinanciados para os  
90 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são: Balneário  
91 Camboriú, Brusque, São João Batista, Içara, Curitibanos, Palmitos e Laguna. Cada  
92 município receberá o valor de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e  
93 sessenta reais) por ano, correspondente ao valor de R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos  
94 e oitenta reais) por mês. Na ocasião, a coordenadora do COEGEMAS questionou se  
95 os municípios contemplados e os próximos que irão efetuar adesão em 2012  
96 continuarão sendo cofinanciados nos próximos anos. O secretário adjunto informou  
97 da garantia do valor que será repassado em 2012, com previsão de sua ampliação.  
98 Ainda comunicou que está sendo construída a peça orçamentária de 2013, e que  
99 estão aprovados recursos provenientes do BNDES, sendo o valor total R\$  
100 16.290.000,00 (dezesesseis milhões e duzentos e noventa mil reais) destinados para  
101 construção de CRAS, CREAS e Centros-dia, previstos para o ano de 2013. Ainda  
102 ressaltou sobre a previsão de recursos oriundos do Fundo Social para 2013 no valor  
103 de 16 (dezesesseis) milhões para o Programa Santa Renda. Após término da  
104 elaboração, a peça orçamentária será encaminhada a CIB. Em seguida, Edi Luiza,  
105 membro da Câmara Técnica, falou sobre a importância do Estado repassar os  
106 recursos mês a mês, já que os municípios têm dificuldades para prestação de  
107 contas, quando o Estado repassa os recursos em quatro parcelas. Na oportunidade,  
108 o Secretário Adjunto falou que no próximo ano a SST pretende repassar os recursos  
109 mês a mês. Prosseguindo, a secretária executiva efetuou a leitura da minuta de  
110 resolução que dispõe sobre os critérios de partilha. Após, Edi Luiza e Ana Paula  
111 reiteraram a proposta de comunicado oficial da SST aos Prefeitos dos municípios  
112 contemplados e email aos gestores municipais de assistência social. Ainda  
113 propuseram a inclusão do mês de referência (fevereiro de 2012) no Sistema de  
114 Registro Mensal de Atendimento de CRAS e CREAS; e a inclusão dos municípios  
115 em lista de espera de acordo com a ordem de classificação. Em seguida, os  
116 membros da CIB pactuaram os referidos critérios. **2º Pactuação de novos**  
117 **procedimentos para construção de CRAS, CREAS e Centros-Dia.** O Secretário  
118 Adjunto explicou sobre os procedimentos para construção dos equipamentos sociais,  
119 e apresentou o projeto arquitetônico dos centros-dia elaborados pelo DEINFRA.  
120 Lembrou que os equipamentos financiados pelo Estado terão um padrão de  
121 identificação. Na sequência, a secretária executiva efetuou a leitura da minuta de  
122 resolução que assegura que as construções CRAS cofinanciadas pelo Estado por  
123 meio de recursos financeiros alocados no FEAS/SC nos municípios de Alfredo  
124 Wagner, Biguaçu, Braço do Norte, Curitibanos, Entre Rios, Ilhota, Imaruí, Irani,  
125 Itaiópolis, Joinville, Porto União, Praia Grande, Riqueza e Santa Terezinha, serão  
126 executadas pela SST/SC, sendo os projetos arquitetônicos elaborados pelo  
127 DEINFRA e os projetos complementares (estrutural, hidráulico, elétrico) licitados e  
128 contratados pelo DEINFRA. A construção dos CRAS deverá ter no mínimo 100  
129 metros quadrados (100 m<sup>2</sup>), em local de fácil acesso para a população usuária, em  
130 territórios de maior vulnerabilidade social. As construções dos CREAS cofinanciadas  
131 pelo Estado por meio de recursos financeiros alocados no FEAS/SC nos municípios  
132 de Camboriú, Campo Erê, Capivari de Baixo, Dionísio Cerqueira, Fraiburgo, Palhoça

133 e São Joaquim serão executadas pela SST/SC, sendo os projetos arquitetônicos  
134 elaborados pelo DEINFRA e os projetos complementares (estrutural, hidráulico,  
135 elétrico) licitados e contratados pelo DEINFRA. A construção deverá ter a metragem  
136 mínima de 216,00 m<sup>2</sup>. As construções de Centros-dia cofinanciadas pelo Estado nos  
137 municípios de Lages e Joinville serão executadas pela SST/SC, sendo os projetos  
138 arquitetônicos elaborados pelo DEINFRA e os projetos complementares (estrutural,  
139 hidráulico, elétrico) licitados e contratados pelo DEINFRA. A construção do centro-dia  
140 deverá ter no mínimo 395 m<sup>2</sup>. A presidente do COEGEMAS propôs que seja  
141 priorizada a execução das obras nos municípios que entregaram os documentos no  
142 prazo estabelecido pela CIB. Ainda lembrou a importância de ter uma sala para  
143 medicamentos e um ponto de oxigênio nos centros-dia. Alguns gestores municipais  
144 questionaram sobre o tamanho dos equipamentos, sendo pactuada a proposta de  
145 que o DEINFRA fará o projeto dos equipamentos utilizando projeção modular de  
146 forma a possibilitar aos municípios ampliar a área em até 150m<sup>2</sup> com recursos  
147 próprios e após o término da obra pelo Governo do Estado. **3º Adesão**  
148 **cofinanciamento de recursos do FEAS, em 2012, para Benefícios Eventuais.** A  
149 coordenadora informou que um número significativo de municípios não efetuou  
150 adesão para receberem recursos cofinanciados pelo FEAS, em 2012, referente aos  
151 Benefícios Eventuais, e alguns entregaram a documentação após os prazos  
152 pactuados pela CIB. Justificou que, embora o valor cofinanciado seja baixo, a  
153 adesão facilita o processo de envio de documentação para cofinanciamentos futuros.  
154 Na ocasião, a Câmara Técnica esclareceu que o assunto em questão não requer  
155 análise técnica, e que cabe a CIB pactuar a respeito. Após discussão, a CIB pactuou  
156 a extensão de prazo para envio dos documentos de que tratam as Resoluções CIB  
157 nº 02/2012 e nº 11/2012, sendo que a documentação completa deve estar na  
158 SST/SC até 15 de setembro de 2012. Se após o prazo, houver saldo, a equipe de  
159 benefícios eventuais fará a proposição de distribuição dos recursos, enviando a  
160 Câmara Técnica e COEGEMAS. Na sequência, apresentou o Decreto nº 760, de 21  
161 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos  
162 financeiros transferidos pelo FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social  
163 (FMAS), estipulando que o gestor do FMAS deverá enviar ao gestor do FEAS o  
164 relatório de recursos recebidos, impreterivelmente, até 28 de fevereiro do ano  
165 subsequente. O gestor do FMAS poderá reprogramar anualmente até 30% (trinta por  
166 cento) do total repassado acrescido dos rendimentos apurados até 31 de dezembro  
167 do ano em curso para o ano seguinte. **4º Critérios de definição referente ao**  
168 **público alvo e metodologia do Programa Nacional de Capacitação do SUAS –**  
169 **CapacitaSUAS, no período de 2012.** A coordenadora falou sobre o processo de  
170 credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e apresentou as propostas  
171 de critérios de definição do público alvo, elencados pela Câmara Técnica. São eles:  
172 preferencialmente trabalhadores efetivos das equipes de referência de assistência  
173 social; divisão das vagas por porte do município; o percentual de participantes por  
174 níveis de capacitação será classificado em nível introdutório - 70% (setenta por  
175 cento) e nível atualização - 30% (trinta por cento); garantir uma vaga de atualização  
176 por município; não participarão dos gestores e conselheiros nesta etapa; 60%

177 (sessenta por cento) do curso presencial e 40% (quarenta por cento) do curso a  
178 distância (parte presencial disponibilizada nas SDR's). Na ocasião, a presidente do  
179 COEGEMAS sugeriu que os técnicos da gestão estadual fossem incluídos como  
180 público alvo. A coordenadora esclareceu que 5% (cinco por cento) do recurso  
181 repassado pelo MDS será destinado a capacitação dos técnicos da gestão estadual.  
182 Sobre o credenciamento das IES, a presidente do COEGEMAS falou sobre a  
183 possibilidade de fazer o termo de cooperação com o sistema ACAFE - Associação  
184 Catarinense das Fundações Educacionais, dispensando o processo licitatório. **5°**  
185 **Informes:** Ana Paula, membro da **Câmara Técnica**, informou que a proposta da  
186 Câmara Técnica é realizar os estudos de critérios de partilha dos cofinanciamentos  
187 de 2013, até o final deste ano; informou sobre os grupos de trabalho sobre  
188 intersectorialidade saúde e assistência social, e que pretendem dar andamento as  
189 discussões, elaborar nota técnica, e após realizar discussão com a CIB Saúde. A  
190 Diretora de Assistência Social comunicou os informes da **DIAS**: novos prazos para  
191 finalização e aprovação do Plano de Ação 2012 e Demonstrativo da Execução  
192 Físico-Financeira 2011; previsão de início do Censo SUAS 2012 na segunda  
193 quinzena de setembro; preenchimento dos formulários eletrônicos sobre entidades  
194 inscritas nos conselhos de assistência social; pesquisa sobre a provisão/regulação  
195 dos Benefícios Eventuais; capacitação com os municípios que aderiram ao  
196 ACESSUAS-trabalho; capacitação sobre critérios de partilha na Câmara Técnica;  
197 realização do Plano Estadual de Capacitação – PEC/SUAS-SC; criação da Lei  
198 Estadual de Assistência Social; encontros sobre Programa Bolsa Família e  
199 CADÚNICO; capacitação dos profissionais do Centro Educacional São Gabriel;  
200 pactuação da nova NOB SUAS na CIT; capacitação dos serviços de medidas  
201 socioeducativas de LA e PSC no SUAS e SINASE; cartilha do INSS sobre  
202 enfrentamento à violência contra a mulher; eleição dos novos representantes do  
203 CEAS. Dando continuidade, a secretária executiva divulgou mais uma vez o  
204 endereço eletrônico da CIB, onde os interessados têm acesso às atas, resoluções,  
205 legislações, cronograma de reuniões, editais de convocação, relatórios, boletins  
206 informativos e outros documentos necessários para acompanhar as pactuações da  
207 CIB. Na ocasião, a coordenadora informou que será enviado aos membros da CIB,  
208 COEGEMAS, municípios e outros órgãos, Boletim Informativo da CIB. Após, a CIB  
209 definiu os municípios que sediarão as próximas reuniões plenárias da CIB. São eles:  
210 Chapecó (15 de outubro de 2012) e Itajaí (26 de novembro de 2012). A  
211 coordenadora da CIB agradeceu o acolhimento do município de Lages, e a  
212 secretária, Dona Marli, agradeceu a presença de todos em nome do prefeito  
213 municipal. Nada mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB,  
214 lavrei a presente ata.